



Anais da Assembléia

Nº 145

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 135ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1981 SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Eron-dy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Valduga, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (42). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, João Elísio, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Pinto Dias, Renato Loures Bueno, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi (14). Em licença, os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO:

SÚMULA:

REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 124/81.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 124/81, de sua autoria que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel, área de terras que especifica.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER Regime de urgência para o Projeto de Lei nº 30/80.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 30/80, que visa criar o Município de Boa Vista da Aparecida, já com parecer favorável da C.C.J.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 38/80.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 38/80, de sua autoria, que visa a criação do Município de Juranda, com parecer favorável da C.C.J.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) JURANDIR MESSIAS.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo

falecimento do médico Jamidas Antunes Rodrigues.

(a) DARCY DEITOS.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, se consigne na Ata dos trabalhos legislativos um voto de profundo pesar pelo falecimento do médico JAMIDAS ANTUNES RODRIGUES, ex-Vereador e ex-Prefeito Municipal da Cidade de Santo Antônio da Platina, ocorrido na data de hoje.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Antônio Leker, ocorrido dia 19/11/81.

SSr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Antônio Leker, ocorrido dia 19 p.p., em Campo Largo.

REQUER ainda, se aprovado o presente, se dê conhecimento da decisão da Casa à família enlutada, encaminhando expediente à Senhora Eni Tânia Borges Leker, residente a Rua Coronel Tourinho, nº 419, naquele município.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. NELSON BITTENCOURT PRADO, ocorrido nesta Capital, em 19 de novembro do corrente ano.

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na Ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. NELSON BITTENCOURT PRADO, ocorrido dia 19 de novembro do corrente ano, nesta Capital.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento à família enlutada, no seguinte endereço:

Rua Emílio de Meneses, 296 - Curitiba - Pr.
Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação na Ata dos presentes trabalhos, de voto de pesar pelo falecimento do Doutor Nelson Bittencourt Prado, ocorrido no dia 19 do corrente mês, nesta Capital.

Com o seu passamento consternou àqueles que o conheciam, pois, como homem público prestou relevantes serviços ao Município de Campo Mourão. Como Vereador e sendo o primeiro a registrar a história daquele município em um livro de sua autoria.

REQUER, ainda, uma vez aprovado o presente se dê conhecimento à família enlutada, na Rua Emílio de Menezes, 296 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de congratulações pela passagem do 35º aniversário da Independência do Líbano.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, seja inserido em Ata voto de congratulações, pela passagem em data de 22 do corrente, do 35º Aniversário da Independência do Líbano.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à Embaixada daquele país em Brasília, através do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) JOÃO MANSUR.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento constitui acima de tudo a preocupação precípua, de vivenciar e enaltecer principalmente a identidade espiritual, no que tange à respeitabilidade recíproca entre os dois países irmãos.

O povo libanês, distribuído pelos mais externos e internos recantos de nossa Pátria, caracterizou-se sempre, pela forma cordial e pelo entrosamento com que passou a conviver com a comunidade brasileira, desde sua chegada, dificultada ao início pelo desconhecimento do idioma, do sistema social, até seu total entrosamento e integração.

Aqui instalado, há já quatro gerações, não se conhece nenhum problema de discriminação envol-

vendo as duas raças, o que vem vivenciar sua total integração, pois, inúmeras são as famílias libanesas, ligadas por laços consanguíneos a famílias brasileiras.

Para se ter uma idéia do irrefutável argumento da integração libanesa no Brasil, saliente-se que somente no Estado de São Paulo, existem aproximadamente radicados três milhões de libaneses, número que supera a atual população do Líbano.

A identidade reforça-se ainda mais, quando se toma conhecimento do fato de que todos os emigrantes do Líbano, que para cá emigraram, não há conhecimento de um único caso de retorno ao país de origem.

Outro dado importante, que contribuiu para a exaltação da amizade entre os povos do Líbano e do Brasil, é o fato de que, a Embaixada do Brasil naquele país, é a única que não tem corpo de segurança, face ao respeito do povo libanês pelo Brasil.

Saliente-se ainda, a indiscutível colaboração do povo libanês no que concerne ao desenvolvimento de nossa Pátria, onde é insofismável sua contribuição para o desenvolvimento da vida sócio-econômica, cultural e política do nosso Estado e do Brasil.

Inúmeros foram os talentos que esta colônia aqui instalada, forneceu para prestar serviços relevantes em todos os campos da vida pública, cultural e econômica do País, exemplo vivo em nossa própria Casa, onde entre os representantes do povo nesse Legislativo, acham-se inúmeros descendentes da raça libanesa.

No campo internacional, já contribuiu inclusive com um representante eleito, para Secretário Geral da ONU.

O Líbano, conhecido como a Suíça do Oriente Médio, viu-se infelizmente, desde 1977, para cá, involuntariamente atingido pelo conflito da guerra civil, deflagrada e insuflada entre irmãos, à causa de interesses de terceiros, encontrando-se hoje aquele país lamentavelmente em chamas.

Ao nos parabenizarmos com o júbilo da Colônia Libanesa instalada em nosso País, pelo transcurso do 35.º ano da Independência do Líbano, rogamos a Deus para que ilumine a consciência dos seus homens governantes, com vistas à colocação definitiva de um ponto final nos distúrbios e conflitos do Oriente Médio, fazendo com que, retornando aqueles povos irmãos à paz, volte a reinar a normalidade tão necessária e indispensável à estruturação e à refrutificação da cultura e da tradição daquele povo, mundialmente conhecida e enaltecida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentís-

simo Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando as seguintes informações:

a) Qual o número de fugitivos das cadeias do Estado do Paraná?

b) Quantos foram recapturados e quais os que ainda permanecem em liberdade?

c) Quantos mandados judiciais de prisão estão em poder da Delegacia de Vigilância e Capturas, para cumprimento?

d) Qual a média de prisão que a mesma efetua por mês?

e) Quantos policiais estão lotados na DVC (Delegacia de Vigilância e Capturas)?

f) Se a Diretoria da Polícia Civil envia cópias de mandados de prisão para a Polícia Militar. Em caso negativo, por que?

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se justifica diante dos inúmeros casos de fuga que tem ocorrido nesses últimos anos. De um lado a imprensa informando os casos ocorridos, em número assustador. Como em contrapartida não temos conhecimentos das medidas e soluções tomadas pelo Secretário da Justiça diante da gravidade desses fatos é que buscamos através deste, esclarecimentos a respeito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. JOÃO FIGUEIREDO, DD. Presidente da República, IBRAHIM ABI-ACKEL, DD. Ministro da Justiça, JARBAS PASSARINHO, Presidente do Senado da República, NELSON MARCHESAN, DD. Presidente da Câmara dos Deputados e aos Líderes dos Partidos com assento no Congresso Nacional, solicitando pronunciamento oficial dessas autoridades, com relação à realização de eleições para prefeitos nas chamadas áreas de Segurança Nacional.

É o que REQUER.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

É muito grande em nosso País, hoje, a aspiração democrática. O povo já não aceita mais as imposições vindas de cima, fruto do arbítrio. O que toma conta da Nação é o desejo de participação nas decisões. A conquista de eleições diretas para governadores já representa um grande passo, uma vitória decisiva na

caminhada rumo à plena democracia.

Hoje, se impõe que avancemos mais, que se acabe de uma vez por todas com a execrável figura dos governantes biônicos.

Referimo-nos às eleições para prefeitos, nos municípios localizados nas chamadas áreas de Segurança Nacional.

Este o motivo do presente requerimento, que procura ir de encontro às justas aspirações das populações dessas áreas, como bem demonstra o posicionamento recente da Câmara Municipal de Santa Helena.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar sugestão ao TSE — Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de se fazer — pelo rádio e televisão — intensa campanha de esclarecimento público a fim de orientar o eleitorado na votação das eleições gerais de 82.

Que da decisão, dê-se ciência ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça e a todas as Lideranças Partidárias na Câmara Federal.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O Código Eleitoral, em seu artigo 240, parágrafos quarto e quinto, contempla a obrigação que todas as emissoras de rádio e televisão têm para com a Justiça Eleitoral, a qual seja de divulgarem gratuitamente seus comunicados.

Pela primeira vez, nas eleições de 82, teremos na história da República, uma eleição em que o eleitor terá que escolher ao mesmo tempo governador, senador, deputados, prefeitos e vereadores, cujo rol de candidatos será acrescido com a sub-legendada para o senado e prefeito. O ato de votação será, pois, para algumas pessoas, sem experiência anterior, bastante dificultoso e até complexo.

Assim é que a coincidência das eleições estaduais e municipais do próximo pleito, está propiciando que algumas pessoas, com outras intenções evidentes, sugiram a realização das eleições em dois turnos de votação, o que, evidentemente, acarretaria maiores gastos e dificuldades ainda maiores, quer para a mobilização da própria Justiça Eleitoral ao ser demandada em duas vezes em curto espaço de tempo, — quer pelo transtorno que causaria ao eleitorado e para os próprios candidatos.

Ora, esta aparente dificuldade, que alega-se até comprometer o resultado do pleito, será facilmente

contornável com uma bem orientada campanha de esclarecimento público, patrocinada pela Justiça Eleitoral, que como vimos dispõe de meios legais para tanto.

As modernas técnicas de "marketing", através de slides ou filmes especialmente preparados, via televisão, poderão instruir adequadamente o eleitorado, a fim de que o índice de votos nulos e brancos seja ínfimo.

Será de suma importância a colaboração do eleitor no processo de votação. Mas é sabendo perfeitamente bem o que deve fazer, e como comportar-se, poderá o eleitor colaborar, possibilitando que, no menor espaço de tempo, todos votem. Teremos então garantido o essencial, ou seja, expressa oficialmente a vontade nacional, e assegurado o legítimo e inviolável direito de voto direto e secreto, enunciado básico da democracia que todos buscamos aprimorar.

Ademais, se cabe à Justiça Eleitoral fiscalizar, coordenar e até punir infrações eleitorais, é curial também que lhe caiba a função de alertar e instruir a realização dos pleitos. Embora o Código refira-se a propaganda eleitoral, está implícito que os comunicados da Justiça Eleitoral sempre o foram no sentido de avisar, comunicar e esclarecer, candidatos e eleitores. Daí o objetivo do requerimento: que a justiça — com a melhor técnica de comunicação — esclareça como será o processo de votação nas eleições de 1982.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa da publicação de Redação Final dos Projetos de Lei números 128 e 117/81, sem emendas no decurso de suas votações.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Projeto de Lei 128/81 — trata do aumento de vencimento do funcionalismo público estadual.

Projeto de Lei 117/71 — trata sobre o estabelecimento das medidas para contratação de empréstimos ou financiamentos externos pela Administração Direta ou Indireta do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênha, após ouvido o Plenário, o envio de sugestão ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República e aos Excelentíssimos Srs. Ministros da Justiça, do Planejamento, da Fazenda, da Indústria e Comércio, do Trabalho e da Previdência Social, no sentido da liberação e legalização

do chamado "jogo do bicho".

Requer outrossim, providências no sentido de que os "banqueiros" do referido jogo, sejam obrigados a se organizarem em empresas legalmente constituídas, com matrículas na Receita Federal e Estadual, e o respectivo registro na Junta Comercial.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Escusado dizer do alcance social da medida que estamos sugerindo, por via do presente requerimento.

Sem dúvida, a proibição existente configura uma profunda distorção e lamentável favorecimento à corrupção. Sobretudo, não é difícil constatar e avaliar a grande evasão de recursos financeiros, direcionados sempre para os grandes "banqueiros", que não contribuem para a Receita Federal e nem tampouco para a Receita Estadual, lesando, "ipso facto", o fisco.

A liberação e a conseqüente legalização do chamado "Jogo do Bicho", traria como resultado mais imediato, uma inestimável alternativa de captação de recursos, através da tributação desse jogo, impedindo assim a evasão de meios, e por outro lado, proporcionando, no campo social, como benefício a curto prazo, o emprego de milhares de "funcionários" que hoje atuam na condição de "corretores", porém sem qualquer vínculo empregatício e sem qualquer responsabilidade previdenciária.

O espírito do presente requerimento pretende, antes de mais nada, estabelecer um estágio de justiça, não só amparando esses funcionários avulsos e fantasmas, mas, a longo prazo, criar, através da tributação, condições de captação de meios capazes de auxiliar o Governo a saldar a pesada dívida para com a Previdência Social, desonerando, assim, o contribuinte e/ou o trabalhador em geral, injustiçado face ao que propõe o pacote de medidas da Previdência Social, oferecido à apreciação do Congresso Nacional e que se constitui num grave e antipática providência, altamente desgastante para a imagem do próprio Governo Federal.

Ao demais, a legalização do referido "Jogo do Bicho", eliminaria a figura de contravenção penal que, sem ser crime, não chega a configurar fator de maior lesão ao Código Penal, servindo, por outro lado, como respaldo à corrupção e de percalços para quem precisa ganhar a vida.

Sobretudo, deve-se considerar que a prática do "Jogo do Bicho" está arraigada já nos costumes brasileiros e de tal forma consolidada que mesmo os agentes da lei e outras autoridades o exercitam, uns abertamente e outros às escondidas.

Pois, se o jogo é contrário à prática da Moral, como acentuam os mais ortodoxos, será profundamente

lamentável constatar o envolvimento do próprio Governo, que sustenta e mantém as chamadas loterias de números e esportiva.

A liberação e legalização virão corrigir essa distorção, permitindo maior controle dos recursos provenientes do jogo. À Caixa Econômica Federal ou à Receita Fiscal, caberia regulamentar a matéria, fornecendo, inclusive, os blocos para apostas, a exemplo do que já incorre com as chamadas notas fiscais.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 149/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO MONTE SINAI, no Município de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Justifica a presente solicitação as altas finalidades da Associação, tal como proceder orientação às famílias sobre higiene, alimentação, planejamento familiar, campanha contra tóxicos, e eis que em decorrência dela o homem se reintegra e se incorpora na comunidade voltando a ser útil à sociedade e à família.

Anexamos para tal fim todos os documentos reclamados pela Lei Estadual número 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Eis porque, respeitosamente, solicita a esta egrégia Casa de Leis a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 150/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Município de Nova Prata, criado pela Lei n.º 7272, de 27/12/79, passa a denominar-se NOVA PRATA DO IGUAÇU.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1. — A mudança que se propõe para a denominação do Município é uma aspiração de sua população e que deveria estar constando já na proposição que originou a criação daquela comuna, a fim de caracterizar o novo município com sua posição geográfica em nosso Estado.

2. — O Município de Nova Prata criado pela Lei

n.º 7272, de 27/12/79, ainda não foi instalado, razão pela qual deixamos de apresentar a documentação exigida pela Lei Complementar n.º 2, Lei Orgânica dos Municípios.

3.º — Cumpre assinalar que no Rio Grande do Sul, já existe o Município de Nova Prata.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No decorrer da história, a função do Governo passou a ser ampliada de tal forma que hoje, a administração de um Estado está presente praticamente em todos os setores de uma comunidade.

Nesta semana, por exemplo, o Governo Ney Braga passa a atuar num campo diferente: passa a acompanhar o comportamento do comércio varejista, na Região Metropolitana de Curitiba, prestando assim, importante serviço para a comunidade.

A Secretaria da Indústria e Comércio, através da CODEC - Coordenadoria de Desenvolvimento Comercial, firmou convênio com o Centro de Comércio Varejista do Paraná, possibilitando, assim, a realização de tal função.

O conjunto de informações sintetizado no primeiro boletim da CODEC, que engloba os meses de janeiro a setembro deste ano, visa subsidiar o empresário paranaense na tomada de decisões, permitindo a comparação individual da atuação de sua empresa com o comportamento da atividade a que pertence.

A definição da Região Metropolitana de Curitiba como área de abrangência do trabalho, nesta fase inicial, foi decorrente da concentração espacial e a representatividade da atividade comercial desenvolvida em seus quatorze municípios componentes, em relação às demais áreas do Estado.

Como universo da pesquisa foram considerados 3.081 estabelecimentos comerciais existentes na região, classificados nas seguintes atividades: concessionários de veículos; lojas de departamento; lojas de utilidade doméstica; cine-foto-som e ótica; móveis e decorações; autopeças e acessórios; vestuário; tecidos; calçados; supermercado; farmácia; drogaria e perfumaria e materiais de construção.

Esta espécie de trabalho passará agora a ser desenvolvida de forma contínua, tomando-se como base três elementos chaves, que serão fornecidos pelas empresas:

1 — valor total em cruzeiros corrente das vendas para cada setor e atividades, no mês e a variação per-

centual mês a mês;

2 — valor total em cruzeiros deflacionado das vendas para cada setor e atividade, no mês e variação percentual mês a mês; e,

3 — salário médio em cruzeiros corrente por setor e atividade, no mês.

Para o desenvolvimento de mais esta atividade, o Governo Ney Braga, através da Secretaria da Indústria e Comércio, está contando com o apoio integral das Federações das Associações Comerciais do Paraná, Federação do Comércio Varejista, Federação do Comércio, Federação dos Clubes de Diretores Lojistas e Clube dos Diretores Lojistas de Curitiba.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Governo do Estado passa a prestar mais um serviço para a comunidade, especificamente aos empresários paranaenses.

Isso deve ser motivo de aplauso por parte de todos os paranaenses, bem como motivo de júbilo para todos nós que nascemos nesta terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, neste Pequeno Expediente, para registrar nos Anais da Casa, a Convenção Regional do PMDB que realizou-se aqui na data de ontem.

O PMDB, que atendendo dispositivos legais e determinação do Diretório Nacional, realizou uma Convenção que, à primeira vista, seria somente uma Convenção formal, onde cumpriríamos tão somente uma determinação burocrática de referendar o novo Diretório que irá conduzir os destinos do PMDB por mais dois anos.

O que aqui se viu ontem foi o comparecimento de mais de 80% dos municípios do Paraná, de mais de 80% dos delegados inscritos para esta Convenção, numa demonstração clara, de que o nosso partido está organizado para enfrentar as eleições de 1982.

Deu aqui o PMDB ontem, uma demonstração de força partidária, onde as galerias desta Casa estiveram completamente lotadas, com o comparecimento maciço de populares que vieram aqui, num ato cívico, numa demonstração de democracia, referendar o novo Diretório Regional; onde a nova Executiva, encarregada de conduzir os destinos de nosso partido, reconduziu na Presidência o nosso companheiro Waldyr Pugliesi. Na primeira Vice-Presidência Walter Pecoit. Na segunda Vice-Presidência, o companheiro Deputado

Federal Oliver Gabardo. Na Secretaria Geral ficou o nosso companheiro Deputado Estadual representante de Curitiba, Deputado Nestor Baptista. Na primeira Secretaria ficou o Deputado Federal Nivaldo Kruger. Na Tesouraria, ficou este Deputado. Como vogais ficaram: o Deputado Federal, grande companheiro da cidade de Curitiba, Deputado Maurício Fruet, e o companheiro Mário Bacelar Filho.

A minha vinda a esta tribuna é tão somente para registrar este fato e aproveitar para agradecer a Vossa Excelência que, mais uma vez, numa demonstração de democrata que é, franqueou o acesso a este plenário ao PMDB, para que aqui pudesse realizar a sua convenção.

Agradeço, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores, no Pequeno Expediente, está livre a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Eron dy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero em meu nome pessoal e em nome da Bancada do PDS nesta Casa, apresentar as minhas congratulações, as minhas felicitações e o desejo de nossa bancada, de que esta grande agremiação que é o PMDB e que ontem fez sua convenção num ambiente de regosijo e de respeito às tradições democráticas do nosso povo.

Desejar que este grande partido cumpra realmente com a sua missão, porque até hoje o PMDB antes, Movimento Democrático Brasileiro, deu uma extraordinária contribuição à Democracia desta terra. Os seus valorosos componentes nos momentos mais cruciais em que não havia e nem se vislumbrava qualquer indício de abertura política e democrática, estiveram firmes nos seus postos, pleiteando, reivindicando, em favor do povo brasileiro. E no Estado do Paraná, o PMDB vem realmente contribuindo para o engrandecimento da administração pública. Porque não tem negado, não tem regateado nenhum apoio às mensagens governamentais que chegam à esta Casa, visando o bem-estar do povo paranaense. Discutem é verdade, combatem é verdade, brigam é verdade, mas no final sempre acabam dando a sua contribuição pelo engrandecimento desse Estado. E eu dou o meu testemunho

pessoal disso porque muitas e muitas vezes me socorri na bancada da Oposição, para que pudéssemos cumprir com a nossa missão nesta Casa. E no instante em que realizam a sua Convenção, dentro de um clima festivo, onde se respirava o ar puro da democracia, todos nós democratas neste País, temos que nos congratular com esta plêiade de jovens, que compõem a bancada do PMDB. E augurar-lhes êxito completo na sua missão, que é a missão de um dia chegar ao Governo do Estado. Porque Democracia é isto: uns ganham, outros perdem. Todos nós lutamos por um grande objetivo que é a liberdade e o engrandecimento do povo brasileiro.

E também congratular-me com as escolhas felizes que fizeram, mantendo o nobre Deputado Waldyr Pugliesi, como Presidente do Diretório Regional do Partido. Deputado de quem muitas vezes divergimos, mas jamais pudemos negar a sua condição de um brasileiro preocupado com os destinos de nossa Pátria.

Um homem que tem realmente lutado com peito aberto, por um ideal que é dele, embora façamos restrição a alguns pontos de vista da conduta deste Deputado na Casa.

Não podemos jamais deixar de reconhecer o Deputado Waldyr Pugliesi, os méritos de um grande Parlamentar. Não só ele como todos os seus companheiros de bancada, que já conhecemos com quem já convivemos em legislaturas passadas com alguns Membros que compõe hoje o diretório do PMDB e que já passaram por esta Casa, todos eles deixando nos Anais da Casa a marca de seu patriotismo, da sua luta e de seu grande amor à Pátria e ao Paraná.

As nossas congratulações em nome da Bancada do PDS e os nossos votos de felicidades a este grande Partido que é o Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Ruben Valduga.

O SR. RUBEN VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento às autoridades da República, no sentido de que se providencie a legalização do "jogo do bicho".

Estamos mais do que sabendo que o Jogo do Bicho é uma prática incorporada aos costumes da Nação.

Como tal, dentro do princípio do que é costume, não é ilegal, está mais do que na hora de que o Governo, de que as autoridades tomem consciência da distorção que vem havendo em se praticando diariamente um ato que não é punido, muito ao contrário, se viu recentemente em Londrina, quando um bicheiro en-

trou na Justiça do Trabalho com um pedido de reclamação trabalhista e a Justiça reconheceu pelo menos que havia uma expectativa de direito.

Se fosse de todo ilícito, teria rechaçado de plano. A matéria foi apreciada no seu mérito, teve recurso e os tribunais já têm aceito a matéria para discussão.

Como se trata de ato ilícito, tal não ocorre e a medida de liberar e legalizar esta prática, virá sem dúvida corrigir e impedir a corrupção que craça macomunando-se aos banqueiros, à polícia, fato esse que é por demais conhecido, extinguindo-se assim, uma fonte permanente de corrupção. Por outro lado sendo uma atividade de uma certa monta financeira, essa atividade está lesando a Nação por falta de reconhecimento dos tributos municipais, estaduais e federais.

E pedimos também, que as pessoas que queiram distribuir esse tipo de loteria, sejam devidamente inscritos na Receita Federal, na Receita Estadual e também, na Junta Comercial, se constituindo, portanto, empresas devidamente equipadas e autorizadas, devendo também, demonstrarem situação financeira capaz de manter esse empreendimento.

Inclusive, numa das leituras que fiz no meu tempo de acadêmico, sabia que o "jogo do bicho", já existia em Roma, com o nome de "Jogo do Cavalinho".

Lá se praticavam sobre a dita lei. Ocorre que há deliberado interesse de certos grupos de pessoas que se locupletam ilicitamente em manter a atividade à margem, ou seja, dentro da marginalização. Porque, nesse caso, nessas condições ela, realmente, vem, de grosso e por inteiro, àquelas pessoas interessadas e vai, às migalhas àqueles que o distribuem.

Daí, portanto, é tempo que essa farsa se extinga. É tempo de que as autoridades encampem a prática que o povo brasileiro, em sua grande maioria, o faz e faz diariamente.

Negar a existência do "jogo do bicho", negar a sua incorporação aos costumes, é moralidade falsa, é poder que não se deve ter.

Daí a razão do meu requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa registra, com satisfação a presença, neste plenário, do Sr. Antônio José de Andrade, Vereador pelo PMDB, no Município de Barbosa Ferraz, bem como do Sr. João Batista de Almeida, Presidente do Diretório Municipal do PMDB, naquele município.

Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Inicialmente, gostaria de registrar a realização, ontem, da Convenção Regional do PMDB, quando foi reconduzido à Presidência e para dirigir os destinos do Partido, neste próximo ano de 1982, Deputado Waldyr Pugliesi.

O trabalho do Deputado Waldyr Pugliesi, em 1981, fazendo com que tivesse, em todas as cidades do Paraná, em todos os municípios do Paraná, a presença do PMDB, o credenciou a ser reconduzido, por aclamação, na tarde de ontem, quando esta Casa, recebeu, na realidade, a presença do povo. E, pela primeira vez, tive oportunidade de ver esta Casa lotada, realmente tomada pelo povo, já que as galerias estavam completamente lotadas de pessoas interessadas em acompanhar a Convenção do PMDB.

Nesta oportunidade, quero não só saudar o Presidente do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi, mas todos os demais componentes do Diretório Regional do PMDB e da Comissão Executiva do Diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os índices de desemprego no País, e mesmo no Paraná, nos colocam numa alarmante situação, em que, se medidas imediatas não forem tomadas, dificilmente se conseguirá soluções efetivas no futuro.

Depois de tantos repiques, de tantas versões, o Governo começa a admitir o problema. E, ao fazê-lo, a revelar a distonia existente entre os diversos setores do Governo, que, ao mesmo tempo que propõe saídas, confessa não ter recursos disponíveis para aplicar em projetos especiais. Como somente a unidade de intenções faz a ligação entre os setores, a disparidade de visões sobre as alternativas tem esbarrado justamente nos conceitos de economia de cada um. Enquanto isto, aprofunda-se o caos.

O Ministro Delfim Neto, por exemplo, discorda em gênero e número de Murilo Macedo quanto às saídas para o grave problema do desemprego. Fruto de sua visão sobre o problema, que como tem confessado, considera setorial. E nega qualquer possibilidade de liberar recursos para frentes de trabalho, uma saída comprovadamente falida no Nordeste do Brasil onde a miséria continua a mesma, mas uma possibilidade de sair, de imediato, do sufoco que ataca toda a classe trabalhadora brasileira.

O Governo já está prevendo e anunciando, que até o final do ano vai a 96% a inflação no País. Que o custo de vida vai a 98%. o INPC a 95%, e assim por diante... ao mesmo tempo sabe-se que há cerca de 13 milhões entre desempregados e subempregados no País. E mais de 2 milhões absolutamente afastados do mercado de trabalho. Quais as propostas concretas, que sairão destas discussões, à vista de todos estes gritantes e

gravíssimos índices?

Hoje, mais do que nunca em nossa história recente, os brasileiros devem estar se armando para enfrentar esta questão. Não serão, obviamente, medidas paliativas que farão o problema desaparecer. Estas alternativas momentâneas poderiam significar apenas um abrandamento das tensões enquanto se procura soluções de profundidade.

Sabemos que uma política de emprego, digna do nome — como diz o economista e jornalista Joelmir Beting, — exigiria uma reformulação radical do modelo econômico. Esta reformulação implicaria em mudanças estruturais do sistema. E qualquer reforma estrutural de base só colheria resultados ao prazo mínimo de uma geração, ainda se calibrado na direção certa". Entretanto, nem estas nem outras tem sido procuradas. O Governo semeia, vez por outra, uma alternativa, mas aborta de imediato sob inaceitáveis argumentações de ausência de recursos.

Ao mesmo tempo a sociedade se prepara. Os trabalhadores, depois de reunidos na CONCLAT, em agosto, passam a elaborar um minucioso plano de ação. Mas este nada valerá se não houver a menor disposição do Governo em respaldar certas iniciativas.

Nós, da oposição peemedebista, temos algumas propostas, imediatas, como o seguro-desemprego, e a adoção da política do pleno emprego, da transformação de indústrias, de modificação em sua vocação, para a produção de bens populares. Temos anunciado e divulgado estas posições. Cabe, agora, incrementar a ligação entre o partido e as massas. Como provou e vem provando o Governo, do seu mato não sairá coelho. É necessário, primeiro, unificar a visão, e partir para a ação unitária, unificada.

Ao mesmo tempo se isolará este Governo, nascido sob este regime, que não abrirá mão dos altos lucros empresariais, não taxará onde deve ser taxado e assistirá, imobilizado, em futuro breve, a ascensão das medidas encontradas e as saídas propostas por aqueles que, na realidade, constroem este País. (Lê):

Gazeta do Povo, 22.11.81

JOELMIR BETING

"A MISSA DO DIA

As 209 paróquias do Rio de Janeiro celebram, hoje, a missa do desempregado. Só falta a transmissão ao vivo, via Embratel, da Candelária para o Brasil.

Certamente, 27 milhões de famílias brasileiras participariam, contritas, dessa exorcização coletiva do demônio que desabou na vida dos 2,1 milhões de trabalhadores que perderam o emprego, dos 11 milhões que permanecem subempregados, dos 1,5 milhão ainda em busca do primeiro emprego e dos 19,1 milhões com medo de perder o emprego.

O desemprego é a maior iniquidade da engenharia social feita de litros, metros, quilos e cifrões.

— o —

Tanto assim, que não temos uma política de emprego de caso pensado, trabalho do homem convertido em fim em si mesmo. O emprego mal passada de subproduto eventual do investimento. E o que poderia chamar de política de emprego, no caso brasileiro, resume-se na lei de inércia do PIB, com seu impulso de bengala do tipo "pau na máquina".

Se o PIB cresce, o emprego aparece. Como, quando, onde e quanto, não interessa. O emprego anda a reboque das decisões de negócios e seu crescimento nada tem de planejado, de seletivo, de qualitativo ou de ético.

— o —

Nem poderia ser diferente. Uma política de emprego digna do nome, exigiria uma reformulação radical do modelo econômico. Essa reformulação implicaria em mudanças estruturais do sistema. E qualquer reforma estrutural de base só colheria resultados no prazo mínimo de uma geração — se calibrada na direção certa.

Mas a sociedade exige, como razão, o emprego imediato, a qualquer custo, ainda que do gênero paliativo da "frente de trabalho", arquitetado pelo expediente paternalista do "plano de emergência".

O diabo é que o próprio Governo vacila no gatilho: o Ministro do Trabalho informa que o plano aguarda a verba e o Ministro do Planejamento esclarece que a verba não tem plano.

— o —

Fica realmente difícil armar o plano e soltar a verba para um sistema de emprego errado e nômade, que começa tropeçando na falta de estatística confiável.

Por mais caprichada seja a matriz de emprego do IBGE, mais honesta seja a pesquisa da indústria, mais oportuna seja a indicação do comércio ou mais interessada seja a informação sindical, a verdade é que não temos como avaliar a extensão do desemprego na pátria do subemprego e do não-emprego.

Número por número, prefiro a RAIS, que fala da existência de 19,1 milhões de brasileiros com registro em carteira e cartão de ponto. O resto é chutometria levada a sério.

— o —

Plano por plano, nenhuma política de emprego, de emergência ou permanência, poderá descartar a reforma agrária, a reforma monetária, a reforma salarial, a reforma fiscal, a reforma educacional, a reforma científica, a reforma tecnológica, a reforma constitucional.

Reforma agrária é caixa de marimondo. Reforma fiscal é imposição política. Reforma monetária é re-

visão capitalista. Reforma salarial é negociação do conflito.

Reforma educacional é parto de montanha — do qual depende a reforma científica e a reforma tecnológica, a da busca de uma tecnologia de processo centrada na ocupação do fator trabalho em oposição ao fator capital, até aqui rebocado por uma tecnologia de produto desenvolvida lá fora, para a solução de problemas lá de fora.

— o —

Tome de novo que me perdoe o leitor, o exemplo japonês.

A revolução cultural do Meiji, no século passado, fixou a ilha de recursos humanos desfalcada de recursos naturais.

Até à bomba de Hiroshima, agosto de 1945, o Japão imaginava que o melhor negócio era apropriar-se militarmente, do recurso natural do vizinho. Depois de grande holocausto, a doutrina do Meiji passou da teoria para a prática: a da fábrica do mundo, ilha de transformação industrial.

E com a tal de "deterioração dos termos de intercâmbio", matéria-prima espoliada pela manufatura, vestindo a camisa do Japão terceira potência.

— o —

Em resumo: o Japão japonizou seu modelo e descobriu que a sociedade baseada em recursos humanos prevalece sobre qualquer sistema chumbado aos recursos naturais (tanto pior, se adormecidos).

O imperador Meiji não tem lugar no debate ideológico do plano dicotômico, rotulado de capitalismo versus comunismo e/ou socialismo. Falta-nos um Marco Polo acadêmico, capaz de introduzir no cardápio intelectual do Hemisfério Norte, ao qual estamos atrelados, as especiarias administrativas do Sol Nascente.

A doutrina Meiji, a da solução japonesa para os problemas japoneses, desaguou na formidável tecnologia de processo do Japão pós-Hiroshima: o Japão dos recursos humanos, o Japão do pleno emprego.

— o —

A tecnologia de processo, rebocada pelo repto do pleno emprego, não deixa de ser uma preocupação exótica dentro de um planeta tangido pela tecnologia do produto. Pois o Japão do Meiji, versão dos anos 60, dos anos 70 e dos anos 80, não faz por menos: na tecnologia de processo, japonizar o pleno emprego, na tecnologia de produto, praticar o lema do copiar para criar, criar para competir e competir para vencer.

No processo, já estão na escassez de mão-de-obra no setor terciário, o dos serviços reclamados pela fábrica do mundo, que explica a "robotização" do setor secundário, o da indústria escalada para liberar a mão-de-obra mecânica solicitada pela ocupação inventiva do serviço.

E no produto, a tecnologia japonesa já penetra na etapa do competir para vencer.

— o —

Voltemos ao Brasil, no domingo da missa do desempregado.

Que tal inaugurar a discussão de uma tecnologia de processo genuinamente brasileira para a solução dos problemas brasileiros?

Já imaginaram o resultado de uma tecnologia centrada em recursos humanos no paraíso da economia lastreada em recursos naturais?

Ah! Como gostaria de ser neto de mim mesmo!"

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nestor Baptista, apesar dos desmentidos das nossas autoridades, o Brasil enfrenta hoje problemas muito sérios no tocante ao desemprego. Nós, quando realizamos aqui o painel de debate sobre desemprego na área urbana em Curitiba e em Londrina, abordando não só o desemprego urbano, mas também o rural, nós pudemos detectar que nesses últimos oito anos, dois milhões e meio de trabalhadores da lavoura foram expulsos da terra.

E agora, com a nossa fase de erradicação de mais 130 milhões de pés de café, teremos a liberação de mais 50 mil famílias.

Tivemos um depoimento, em Londrina, por ocasião da CPI do café, de um fazendeiro do Município de Cambé, Sr. Moreski, que pediu a palavra e disse que havia dispensado 200 famílias das suas duas fazendas e ali estava plantando cana. Quer dizer, se tira o trabalhador da pequena propriedade e que produz o alimento básico de sustentação, e se planta a cana, a soja, e se coloca o gado.

Esse projeto PRO-ÁLCOOL é um crime que se estão perpetrando contra o Estado do Paraná, utilizando terras férteis para o plantio da cana e gerando o desemprego.

Em Londrina outro depoimento; muitos rapazes formados na Universidade estão disputando um lugar nas filas para preenchimento de fichas nas indústrias e lojas de comércio de Londrina, disputando esse mercado com aqueles que vivem na rotatividade do desemprego. O Governo está zombando dessa situação, nobre Deputado. O Sr. Delfim Neto, que é um "office-boy" dos interesses estrangeiros, é o responsável por essa política recessiva. O Governo é o culpado pelo aumento da criminalidade neste País, porque a marginalização do trabalhador no seu mercado de trabalho leva o povo ao desespero e ele sai para levar, a qualquer custo o alimento para a sua casa.

A fome bate na porta do trabalhador brasileiro. Mas os homens do Palácio não querem, não vêem ou não têm interesse em verificar essa situação.

E o que vemos enquanto o Brasil se debruça no desemprego? Medidas? Não.

Vemos o General Costa Cavalcanti, que hoje é o homem que comanda o maior antro de corrupção da América Latina que é Itaipu, porque Itaipu não presta contas para ninguém; dos milhões que ali são desviados. O Sr. General Costa Cavalcanti falando em construir mais oito usinas atômicas num País onde o povo passa fome, e hoje de cada 1.000 crianças, 75 morrem antes de chegar a um ano de vida por subnutrição.

São essas declarações que o povo não aceita mais. O povo já cansou de ser humilhado e espoliado por essa cambada de incompetentes que está em Brasília. Ou este Governo reestrutura completamente a sua política social e econômica, ou este País vai assistir logo logo a revolução da fome. E um trabalhador com fome, acaba promovendo explosões sociais.

E isso ocorrendo o povo vai apelar esses incompetentes que se instalaram em Brasília nos últimos 17 anos.

Como disse, um trabalhador da Vila Formosa durante a ação de despejo, a semana passada, um trabalhador, inclusive do Vale do Itaipu, ele dizia: "Daqui para a frente derrubaram a minha casa, não tenho onde morar, não tenho trabalho, eu vou roubar porque de fome é que não vou morrer!"

Esta é a situação. Enquanto isso se debate os problemas políticos e institucionais que a televisão dedica 80% do espaço para isso; se fala em construir usinas nucleares, se fala em obter mais empréstimos do Exterior, se fala em produzir cana, como alternativa do álcool, — que é outro papo furado... se fala em legalizar o jogo do bicho, que o jogo do bicho é a coisa mais séria que tem neste País...

E Delfim Neto diz que o desemprego é setorial. Mas ele vive nos seus belos gabinetes, envolto, até o pescoço, na lama da corrupção, realmente ele não tem vistas e olhos para observar ao redor, a dez quilômetros de Brasília, ou pelo menos do Palácio do Planalto, para ver a situação do povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço seu aparte, nobre Deputado, e aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo pelo painel que realizou em Londrina sobre "Desemprego", quando diversas entidades foram ouvidas naquele momento, numa avaliação do que acontece hoje em dia no interior do Estado do Paraná, na cidade de Londrina e em toda aquela importante região, progressista região, de nosso Estado.

O movimento da semana próxima passada na Vila Formosa, o atendimento diário que temos em nossos gabinetes de pessoas procurando emprego, atestam, na realidade, que esta gente que nos governa está muito

longe de cair na realidade.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nestor Baptista, Vossa Excelência colocou bem um problema de suma importância em nosso País. Todos nós estamos sabendo que o Sr. Murilo Macedo foi à televisão admitindo o desemprego e anunciando um plano e todos vimos na imprensa escrita o Sr. Delfim Neto dizendo que não há dinheiro para o plano. Continuo com a minha teoria da "catinga da onça", acho que já é chegado o momento de acuarmos o verdadeiro "tigre" e não apenas a sua "catinga".

A grande verdade é que num time de futebol, quando dois jogadores se desacertam, o mais provável é que o técnico tire um destes jogadores, coloque-os no banco ou ambos para fora do time. A grande verdade é que este País está sem técnico; porque é inadmissível que um Ministro diga uma coisa e outro Ministro diga outra...

O SR. NESTOR BAPTISTA — E o terceiro diz outra.

O Sr. Deni Schwartz — ... e não haja por parte do Presidente da República qualquer manifestação. Não se vem aqui com a história do coração, porque o Presidente que tem condições de cavalgar cavalos não é? Porque quer cavalgar também o brasileiro, este Presidente deveria ter, pelo menos, esta tarefa de organizar um time que jogasse para um lado só. E não sabemos o que está incorrendo.

Vejamos o que está incorrendo num outro setor.

O Sr. César Cals anuncia as novas usinas atômicas e hoje, pela televisão, ouvíamos aqui em Curitiba dizendo que o problema de energia elétrica, de hidrelétricas, será reestudado, tendo em vista que no ano de 1981 o consumo de energia elétrica foi menor do que o previsto. Se o consumo de energia elétrica foi menor do que o previsto, é porque a produção foi menor; se a produção foi menor, é porque houve menos emprego. E nós chegamos então ao Paraná, onde também o número de desempregados é grande. E veja que o Governo Federal não quer admitir isso. Aliás o Sr. Delfim Neto passou a considerar os "bóias-frias", como homens empregados; naturalmente ele não sabe o que é ser "bóia-fria". Porque na suas declarações ante Murilo Macedo, ele disse o seguinte: que no Brasil o problema do desemprego era setorial e do ABC; o problema dos metalúrgicos; mas na agricultura havia falta de mão-de-obra. Como se num passe de mágica ele quisesse transformar o metalúrgico em agricultor.

Então, o problema assume uma gravidade maior porque aos nossos governantes não se sensibilizam para isso. E a prova maior é aqui no Paraná. Ao examinarmos o Orçamento para 1982, nesse Estado que também tem desempregados, vamos ver o seguinte: para

edificações públicas, em 1982 teremos menos dinheiro em valores absolutos, do que em 1981. Em números arredondados, em 1981, estamos gastando um bilhão e seiscientos milhões de cruzeiros em obras públicas, edificações públicas; em 1982 a previsão é de apenas um bilhão e quatrocentos milhões. Portanto, num dos setores onde mais mão-de-obra se ocupa que é na parte de edificações públicas, na parte de construção civil, o próprio Governo do Estado não admite a existência de desempregados no Estado, tanto assim que reduz a verba destinada a esse setor. E não me venham dizer, não se venha a afirmar que estas verbas estão dotadas em outras Secretarias, — é o caso da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, que não é a verdade.

Portanto, Sr. Deputado, o problema assume uma seriedade tremenda. Porque o Sr. Presidente da República não assume o Governo do País e as autoridades até a nível estadual não assumem a existência desse fato importantíssimo que é o desemprego, inclusive em nosso Estado.

Está de parabéns Vossa Excelência por trazer ao debate da Casa um assunto de tanta importância para toda a nossa sociedade.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu é que agradeço o seu aparte, Deputado Deni Schwartz, é lembrando que nós tivemos quando da realização dos painéis sobre desemprego, aqui em Curitiba e na cidade de Londrina, um levantamento apresentado por sindicatos. Nós tivemos até setembro em Curitiba, a média diária, no setor industrial a média diária de 50 pessoas sendo desempregadas. Num verdadeiro absurdo. Tivemos a maior rotatividade do Brasil, no setor de comércio, com uma rotatividade de quase 98%. Foram empregadas 41 mil pessoas e foram desempregadas 40 mil e 300 pessoas. Quase 100% praticamente a rotatividade no setor de comércio. E isso em pessoas que já têm mais de um ano de registro em carteira.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

A construção civil a princípio é que absorve a mão-de-obra não qualificada, liberada pela lavoura. E o levantamento que nós tivemos são de mil homologações, mil rescisões de contratos, na Delegacia Regional do Trabalho, por mês.

Obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Perfeito. E as medidas não são tomadas.

Assim sendo nós vamos encarando a cada dia que passa situação mais dramática, situação mais cruenta possível, para o trabalhador brasileiro.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, na verdade nós temos hoje, no

horizonte brasileiro, algumas nuvens escuras a nos deixar apreensivos. E mais ainda quando nós vemos os textos e as pretensões oficiais, cada vez mais não atender a necessidade da oferta de novos empregos. E no seu pronunciamento vimos com muita clareza de um lado a carência de novos empregos, exatamente para aqueles setores da sociedade que começam a debutar nas filas, em busca de trabalho, aliado a isto — e para isto o Brasil precisa gerar só no Estado do Paraná mais de 320 mil empregos-ano, e o Brasil chegando perto de dois milhões, imaginam aqueles que estão desempregados há pouco tempo, portanto, é um leque de problemas que a política recessiva que foi imposta a este País, pelos credores via FNI, a partir do final do ano passado, não podemos esquecer isso, que todo o dia se vê a autoridade máxima do setor, no País, dizer que não há uma política recessiva, mas não há nenhuma dúvida de que basta analisar, e ninguém é especialista, nisto, nesta Casa, mas estão aí as interpretações dos observadores e as análises de que a partir do final do ano passado, foi imposta efetivamente uma política recessiva, dentro de um plano que é tradicional da Escola de Chicago, de que pelo monetarismo buscar a solução de problemas, a exemplo do que se fez no Chile e do que se buscou fazer na Argentina. Tanto na Argentina, como no Chile e no Brasil, o custo social é que é realmente terrível, deixando angustiada toda a geração presente, e ainda mais terrivelmente indisposta a geração futura.

E quando Vossa Excelência coloca a questão do desemprego nós não temos dúvidas. Neste mesmo instante em que esta Casa analisa novos empréstimos externos, nós temos que nos debruçar sobre o próprio programa do PMDB, que disciplina de maneira muito evidente este tópico. Nós devíamos estar investindo naquilo que estivesse gerando empregos. E acima de tudo, em produtos de alto consumo popular, porque exatamente os produtos de alto consumo popular, como vestuário, calçados, habitação, alimentos, dispensam importações e enquanto isto, nós continuamos nos afundando na dívida externa, buscando empréstimos já para pagar só o giro de uma dívida, e o povo brasileiro mais uma vez, jogado à marginalidade, na verdade comendo o pão que o Governo diabolicamente amassou.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço o seu aparte meu caro Líder Nelson Friedrich e encerro dizendo que é necessário primeiro unificar a visão e partir para uma visão unificada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrada a Hora do Expediente, a Mesa consulta a Liderança

do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, usará o horário da Liderança, três minutos, o Deputado Nestor Baptista e os restantes, o Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vou transmitir duas notas, uma da Liderança, do Sr. Deputado Nelson Friedrich e outra do Diretor-Presidente do Diretório Regional, Deputado Waldyr Pugliesi.

É o seguinte: (lê):

NOSSA SOLIDARIEDADE AOS SINDICALISTAS CONDENADOS

A condenação de dirigentes sindicais pela Justiça Militar nos demonstra, mais uma vez, que deste regime só podemos esperar o arbítrio e a violência contra os trabalhadores. Esta é a única forma de que dispõe o governo ilegítimo de tentar conter as aspirações da grande maioria dos brasileiros. O regime condenou, ontem, homens que trabalham e que procuram exigir justa remuneração pelo seu esforço. Os juízes militares consideraram crime a exigência de melhores salários e a utilização do instrumento mais legítimo que os trabalhadores têm em mãos: a greve. O direito de não trabalhar por salários aviltados, de não produzir em condições subhumanas, de recusar-se a servir de mão-de-obra barata aos interesses do capital.

Para nós, da bancada do PMDB na Assembléia Legislativa do Paraná, o crime que deve ser apurado e julgado neste País é este que vem se cometendo contra os trabalhadores, condenando-os à miséria que decorre da super exploração de sua força de trabalho.

Estamos ao lado de Luís Inácio da Silva, Enilson Simões, Djalma Bom, Rubens Teodoro de Arruda, Juracy Batista Magalhães, José Maria de Almeida, Manoel Anísio Gomes, Gilson Correa de Menezes, Osmar Santos de Mendonça, Nelson Campanholo, Wagner Lima Alvez.

Consideramos absurda a condenação destes sindicalistas pela Lei de Segurança Nacional, legislação espúria inspirada no arbítrio. A eles prestamos nossa solidariedade e oferecemos todo o nosso apoio na luta pela revogação deste ato que repete a vocação deste governo que perdura pela força e em benefício de interesses anti-democráticos, anti-populares e anti-nacionais.

Curitiba, 21 de novembro de 1981

NELTON FRIEDRICH
Líder da Bancada do PMDB na
Assembléia Legislativa do Paraná

PELOS DIREITOS E PELA LIBERDADE DOS DIRIGENTES SINDICAIS

Um tribunal militar condenou, ontem, 11 trabalhadores à prisão. Considerou crime sua liderança e empenho na luta por melhores salários e melhores condições de trabalho. Atribuiu-lhes a condição de réus porque se utilizaram do instrumento mais legítimo à disposição dos trabalhadores na defesa de seus interesses: a greve. Enquadrou-os na Lei de Segurança Nacional e na Lei de Greve, legislações espúrias que nos legou o regime em seus quase dezoito anos de arbítrio e violência contra o povo brasileiro.

O que pretendia o regime, ao assumir esta atitude que atenta contra a consciência democrática, era sufocar lideranças do movimento social que emergem deste esforço da absoluta maioria dos brasileiros para reconquistar amplas liberdades políticas e melhores condições de vida e trabalho. Pretende o governo afastar da batalha alguns dos melhores e mais valorosos combatentes pela causa democrática e popular.

O Diretório Regional do PMDB do Paraná repudia mais este ato de arbítrio do regime. E se põe solidário aos trabalhadores Luís Inácio da Silva, Enilson de Moura, Djalma Bom, Rubens de Arruda, Juracy Batista, José Maria de Almeida, Manoel Anísio Gomes, Gilson Correia, Osmar Santos, Nelson Campanholo, Wagner Lima. Fiel aos seus princípios, continuará lutando pela revogação de suas condenações e em defesa de seus direitos tão manchados pela ação de um governo que institui tribunais militares para julgar trabalhadores que apenas lutam por melhores salários.

Continuaremos lutando pela revogação de todas as leis de exceção. Continuaremos defendendo os direitos dos trabalhadores se organizarem e lutarem por seus interesses. E temos certeza de que a história reserva ao povo a vitória final.

Deputado WALDYR PUGLIESI
Presidente Diretório Regional do PMDB/Pr."

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra com satisfação, a presença, em nosso plenário, do Sr. Anacleto Pântano, Presidente do Diretório do PDS de Corbélia.

Consulto a Liderança do PP se deseja fazer uso de seu horário. (Declina).

Consulta a Liderança do PTB. (Declina).

Consulta a Liderança do PDS. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada

a Hora, do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr.

Presidente, solicito a Vossa Excelência que determine seja procedida a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 35 Srs. Deputados.

Há "quorum" para votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — DO Projeto de Resolução n.º 84/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 85/81, (Mens. Govern. n.º 94/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e os Municípios de Apucarana e Tapejara, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.— **Aprovado, artigo por artigo.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 73/81, (Mens. Govern. n.º 64/81), que aprova os convênios celebrados em 3, 15, 30/06/81 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de Mandaguari, Rio Negro e Uraí, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 73/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios cele-

brados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e os Municípios adiante mencionados: Mandaguari, em 03/06/81; Rio Negro, em 15/06/81 e Uraí, em 30/06/81, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 74/81, (Mens. Govern. n.º 76/81), que aprova Termo de convênio celebrado em 23/07/81 entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 74/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 23 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e o Município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 75/81, (Mens. Govern. n.º 81/81), que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guaporema, visando a execução de obras de controle da erosão urbana, naquele município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 75/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 05 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e o Município de Guaporema, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município.

Art. 2.º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 89/81, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita do Município de Palmital, a fim de que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Altamira.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 89/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, do Município de Palmital, a fim de que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Altamira:

- “começa na foz do Rio Preto, do Rio Cantu, subindo por este pela sua margem esquerda até a sua nascente; ali em linha reta e seca, até a nascente do Rio das Ervas; descendo o Rio das Ervas pela sua margem direita, até a sua foz no Rio Piquiri; descendo o Rio Piquiri pela sua margem direita, até alcançar a foz do Rio Cantu; subindo o Rio Cantu pela sua margem esquerda até alcançar a foz do Rio Preto, ponto inicial”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem).

Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência, antes de proceder a verificação de votação, determine a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

Responderam a chamada 34 Srs. Deputados.

A Presidência procederá a verificação de votação do Projeto de Resolução n.º 89/81, requerida pelo Sr. Deputado Nestor Baptista.

(É procedida a verificação de votação)

33 Srs. Deputados o aprovam;

Nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/81, de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR e OUTROS, que declara de utilidade pública a Liga Regional de Futebol de Cascavel, com sede na respectiva cidade. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/81, de autoria do Deputado DEL CIEL, que revoga o Art. 2.º, da Lei n.º 6.697, de 23 de julho de 1975, (Norma impondo as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, na doação de um terreno ao Município de Telêmaco Borba). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Antes que Vossa Excelência proceda a verificação de votação, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 29 Srs. Deputados.

Não há “quorum” para votação e sim para prosseguimento da sessão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 117/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 101/81), que estabelece medidas para contratação de empréstimos ou financiamentos externos pela Administração Direta ou Indireta do Estado, no período de 1981 a 1983, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 109/81), que objetiva aumentar os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EMENDAS DE PLENÁRIO de n.ºs 01 a 02, com parecer FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 81/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 82/81, (Mens. Govern. n.º 88/81), que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com o Município de Umuarama, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura, na área industrial do citado município. — **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 83/81, (Mens. Govern. n.º 89/81), que aprova o Termo de Ajuste ao Convênio SISNIC n.º 1/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando estabelecer bases de cooperação para implantação do Projeto "Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Microempresas Comerciais do Paraná". — **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 83/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 84/81, (Mens. Govern. n.º 93/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a construção de módulo esportivo do referido município.— **Encerrada a discussão.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/80, de autoria dos Deputados WERNER WANDERER, TÉRCIO ALBUQUERQUE e GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de Missal, desmembrado do Município de Medianeira, com as divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 32/80.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Missal, desmembrado do Município de Medianeira, com as seguintes divisas:

— " começa no Rio São Vicente, no ponto de encontro com o Arroio Sotelo, subindo por este até as divisas dos Lotes Rurais números 70 e 71, da Gleba 19, do Imóvel Rio Paraná; seguindo deste ponto por uma estrada secundária até atingir o povoado de Esquina Rosa, por uma linha mais ou menos reta e seca em sentido Leste-Oeste até atingir o travessão da Gleba n.º 03, segunda Parte do Imóvel Rio Quarto; seguindo por este travessão em sentido Norte-Sul até encontrar o travessão natural do Imóvel Guairacá; seguindo por este no sentido Leste-Oeste até atingir o ponto da linha divisória Norte-Sul dos atuais Municípios de Medianeira e Matelândia; seguindo deste ponto por uma linha reta e seca na direção sudoeste até atingir a nascente do Rio Feijão Verde; descendo por este até desembocar no Rio Ocoi; descendo por este até encontrar a foz do Riacho Cedro e subindo por este até a sua nascente e deste ponto por uma linha reta e seca em sentido Noroeste até atingir a nascente do Ribeirão São João; descendo por este até o Rio São Vicente, e por este, rio acima, até a foz do Arroio Sotelo, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

(aa) WERNER WANDERER,
TÉRCIO ALBUQUERQUE e
GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visando a emancipação política do progressista distrito de Missal, no Município de Medianeira, é uma aspiração de um povo merecedor, que de longa data vem labutando para a concretização deste intento.

Assim, no momento em que apresentamos este projeto de lei, fazêmo-lo na certeza de que serão cumpridas todas as formalidades legais para que este distrito seja elevado à condição de município, uma vez que preenche os requisitos exigidos pela lei para tal.

Anexamos ao presente levantamento das seções eleitorais da área de Missal, e a mesma conta com 6.488 eleitores, número suficiente para preencher os requisitos legais.

Dados estatísticos do perímetro urbano de Missal informam que o número de residências é superior a 200; e que a população remanescente do Município de Medianeira, após dedução da população estimada de Missal, será superior a 10.000 (dez mil).

Queremos, ainda, ressaltar o grande desenvolvimento e progresso que se constata dia a dia no Distrito de Missal, progresso este que se registra em decorrência de vários fatores sócio-econômicos, que por sua vez vêm comprovar a autonomia deste laborioso distrito.

O futuro Município de Missal, pelo valor de seu povo e de seu trabalho será mais um motivo de orgulho para todo o Paraná.

Finalmente, solicitamos dos nobres Colegas Parlamentares, o integral apoio a este projeto de lei, pois, ele representa não só o nosso esforço no sentido da efetiva concretização desta emancipação, como também, e principalmente, a reivindicação de toda a população do Distrito de Missal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 32/80

PARECER

De autoria dos nobres Deputados Werner Wanderer, Tércio Albuquerque e Gernote Kirinus, o presente projeto de lei que visa a criação do Município de Missal.

Retorna a esta Comissão de Constituição e Justiça a fim de ser analisado após a consulta plebiscitária realizada em 07 de outubro do corrente.

De acordo com o resultado plebiscitário, bem como da documentação ao mesmo inserida, temos que a matéria se encontra em condições de ser apreciada por esta Casa, já que a consulta plebiscitária demonstrou a inequívoca manifestação popular daquela região favorável à criação do novo município.

Com isso, nada mais resta do que opinar favoravelmente ao Projeto de Lei n.º 32/80, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1981.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO, Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 70/81), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná - ITC, os imóveis que constituem as Glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes e adotar outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade.— EM

REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 79/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, mediante alienação ou doação, aos seus ocupantes, os lotes remanescentes nos imóveis que constituem as glebas abaixo descritas, na Colônia São Jerônimo, situadas no Município de São Jerônimo da Serra:

- a) Gleba n.º 2;
- b) Gleba n.º 2 — 1a. parte;
- c) Gleba n.º 2 — 2a. parte;
- d) Gleba n.º 2 — 3a. parte;
- e) Gleba n.º 3;
- f) Gleba n.º 4;
- g) Gleba n.º 5;
- h) Gleba n.º 5 — 2a. parte;
- i) Gleba n.º 5 — 3a. parte;
- j) Gleba n.º 6.

Art. 2.º — Aos ocupantes que tenham tornado o imóvel produtivo com o seu trabalho e o de sua família, nele mantendo morada permanente, por 2 (dois) anos ininterruptos, serão doados os imóveis com área não superior a 25 (vinte e cinco) hectares.

Parágrafo único. Aos ocupantes com mais de um ano e um dia, e menos de 2 (dois) anos de morada permanente será concedida licença de ocupação até que se complete aquele prazo. Esta licença de ocupação é insuscetível de transferência por ato "inter vivos".

Art. 3.º — A alienação de imóvel aos seus ocupantes se fará até o limite de 100 (cem) hectares, independentemente de licitação.

Art. 4.º — Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, promover a doação e a alienação dos imóveis aos seus ocupantes nos termos dos artigos 2.º e 3.º desta lei, estabelecendo a área a ser transferida e, quando for o caso, preço e condições de pagamento, conforme Tabela de Preços aprovada pelo Conselho de Administração do ITC, em 22 de novembro de 1979.

Parágrafo único. A licença de ocupação a que alude o parágrafo único do artigo 2.º, será fornecida pelo ITC, após o levantamento das condições de ocupação.

Art. 5.º — Ficam ratificados os Títulos de Domínio expedidos pelo Governo do Estado nas referidas glebas, constantes da relação anexa à presente lei.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 79/81

PARECER.

Originado de Mensagem Governamental n.º 70/81, o presente projeto de lei objetiva, por parte do Poder Executivo, obter autorização para alienar "através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, os imóveis que constituem as Glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes", além de adotar condições e outras providências.

A medida tem seu nascedouro em requerimento aprovado por esta Assembléia Legislativa em Sessão de 30 de junho do corrente ano, que, posteriormente recebeu opinião técnica do ITC, que alinhou considerações detalhadas sobre a necessidade e interesse público da consecussão deste objetivo.

Trata-se, como bem demonstra o conteúdo deste projeto, de um ato complexo, a alienação de bens imóveis pertencentes ao Estado, sendo imprescindível a autorização legislativa, consoante se depreende dos expressos termos contidos no artigo 21, inciso VIII, letra c, da Constituição Estadual, posterior à anuência do Poder Executivo.

Assim, ato desta natureza requer a manifestação de dois Poderes do Estado, o Legislativo e o Executivo.

De outra parte, esta alienação, em particular, encontra embasamento em autorização concedida através do Decreto-Lei n.º 7.692/45, do Governo Federal, por ser a Cessão ao Estado do Paraná, realizada gratuitamente, forma pela qual o Governo pretende transferir aos atuais ocupantes dos imóveis.

Ademais, a iniciativa não encontra na legislação vigente, qualquer obstáculo que inviabilize o pretendido, estando em perfeita consonância com os editos que regem a matéria.

Por todos esses motivos retos alinhados, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI N.º 79/81

PARECER

Submete-se à apreciação desta Comissão o presente projeto de lei procedente da Mensagem Governamental n.º 70/81, objetivando alienar imóveis integrantes da Glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, a seus legítimos ocupantes.

Analizados que foram os aspectos constitucional e legal pela Comissão competente, resta-nos tão somente examinar-lhe a oportunidade e viabilidade.

Como se depreende dos termos da mensagem e da minuciosa exposição de motivos, a medida atende ao interesse público e à paz social.

Esclarece a exposição de motivos que a "1a. e 2a. glebas constituem reservas indígenas que, por força do Acordo União-Estado, reverteram à União". E que também a gleba 10 foi excluída deste projeto por haver dúvidas quanto à possível superposição da área ao imóvel denominado "2a. Gleba", ou "pedrinhas", de propriedade da FUNAI.

Em tais circunstâncias, desde que foram resguardados possíveis direitos de terceiros, bem como acautelados os interesses dos indígenas, somos pela APROVAÇÃO do Projeto.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 1981.

(aa) WILSON FORTES, Presidente;

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 86/81, (Mens. Govern. n.º 92/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, e os municípios que especifica. —
Encerrada a discussão.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 92/81, (Mens. Govern. n.º 100/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os municípios aqui nominados, visando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, em obras de interesse Metropolitano. —
Encerrada a discussão.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 95/81, (Mens. Govern. n.º 105/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Castro e Ponta Grossa, objetivando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos citados municípios. — **Encerrada a discussão.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 91/81, (Mens. Govern. n.º 99/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Mangueirinha, objetivando a construção de terminal rodoviário de passageiros, na sede daquele município.—

Encerrada a discussão.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 90/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, à ex-Proposição n.º 51/80, que aprova as Contas do Governo do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1979.— **Encerrada a discussão.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N.º 51/80

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 90/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná nos termos do disposto no inciso III, do Art. 22, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Artigo único — Ficam aprovadas as contas do Governador do exercício de 1979.

Sala das Comissões, em 7 de outubro de 1981.

(aa) ANTÔNIO FACCI, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N.º 51/80

PARECER

A proposição n.º 51/80, protocolada sob n.º 7458/80, ora em apreciação nesta Comissão e atendendo preceito constitucional expresso no artigo 22, n.º III da Carta Magna Estadual constitui-se na PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, relativa ao exercício de 1979, BALANÇO GERAL E RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, também referentes a 1979, RELATÓRIO DA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE, PARECER DA PROCURADORIA DO ESTADO, RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO DO CONSELHO RELATOR, DECLARAÇÃO DE VOTO, APROVAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS AO PARECER PRÉVIO.

O Orçamento Geral do Estado, foi aprovado pela Lei n.º 7058, de 05 de dezembro de 1978, estimando a receita e fixando a despesa em um montante correspondente a Cr\$ 27.555.680.300,00 (vinte e sete bilhões, quinhentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta mil e trezentos cruzeiros).

A previsão orçamentária da receita e da despesa, sofreu alteração durante o exercício, face a abertura de créditos adicionais, num total de Cr\$... 5.748.743.177,00 (cinco bilhões, setecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e três mil e setenta e sete cruzeiros), utilizando para tanto, recursos referentes a cancelamento de dotações orçamentárias e de operações de crédito.

Destacam-se nos documentos apresentados e anteriormente mencionados, a unanimidade de manifestações havidas no sentido da observância rigorosa aos dispositivos legais no que tange a:

- a) apresentação de contas - fl/63 da I.G.C.
- b) ilegalidade da prestação - fl/70 do parecer 3.420.
- c) condição de aprovação - fl/93 do parecer prévio.
- d) parecer prévio pela aprovação - fl/95.

Devem ser ainda, salientados aspectos maiores na análise da proposição em questão, merecendo destaque os que se relacionam a seguir:

1) - O perfeito controle havido no tocante a ingressos e egressos do erário estadual, verificando-se para uma Despesa Realizada de Cr\$ 21.305.308.479,99 (vinte e um bilhões, trezentos e cinco milhões, trezentos e oito mil, quatrocentos e setenta e nove cruzeiros e noventa e nove centavos), a correspondente Receita Arrecadada de Cr\$ 21.933.371.443,81 (vinte e um bilhões, novecentos e trinta e três milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e três cruzeiros e oitenta e um centavos), constatando-se pois um "superavit de execução", na ordem de Cr\$... 628.062.963,82 (seiscentos e vinte e oito milhões, sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e três cruzeiros e oitenta e dois centavos).

2) - A busca de regularização da pendência havida em relação ao valor de Cr\$ 5.367.400,30 (cinco milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos cruzeiros e trinta centavos), que nas prestações anteriores, tem constado como disponível em caixa e em poder da Agência de Rendas — Mercês, através da constituição, pela Resolução n.º 356/79, da Secretaria de Estado das Finanças, de uma Comissão Técnica, composta de integrantes daquela Secretaria, da Procuradoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado, tendo a referida Comissão informado que:

"Pode-se afirmar em função dos resultados parciais alcançados até o atual estágio dos trabalhos sendo desenvolvidos, que grande parte dos fatos registrados decorreram da complexidade e ou dificuldade burocrática colocadas diante de administradores em busca de soluções. Seria de nossa parte inseguro, ou mesmo injusto, alegarmos desvio de recursos públicos

antes de concluído pela Comissão constituída, o Relatório. Final (previsto para o próximo mês de novembro)".

3) O fato de que apesar do crescente nível de endividamento do Estado, tendo o mesmo passado a ser para o exercício de 1979 correspondente a Cr\$ 13.492.497.301,47 (treze bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, trezentos e um cruzeiros e quarenta e sete centavos), contra Cr\$ 5.307.126.976,48 (cinco bilhões trezentos e sete milhões, cento e vinte e seis mil, novecentos e setenta e seis cruzeiros e quarenta e oito centavos), em 1978, houve uma redução de 26 por cento em realção ao do ano de 1977, que atingiu 113 por cento, tendo o atual alcançado o total de 87 por cento.

Entende-se, pois, que deverá ser aplicada, nos próximos exercícios, estratégia no sentido de minimizar o ritmo de crescimento da dívida externa, limitando-a às necessidades efetivas de financiamento para o seu pagamento.

Concluindo e tendo em vista, além do exposto, que uma política orçamentária não sobrevive no vácuo teórico, mas tem de estar necessariamente inserida em uma realidade política e social, nosso parecer é pela APROVAÇÃO das contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1979, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de outubro de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI — Deputado Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 92/81, oriundo de Parecer ao SUBSTITUTIVO do Projeto de Lei n.º 60/81, aprovado por unanimidade na COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, do Município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Braganey.— **Encerrada a discussão.**

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 79/81, à Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que atualiza o texto da Carta Estadual ao texto da Carta Federal, em função das alterações nesta introduzidas pela Emenda n.º 13, de 10 de outubro de 1979. (Das licenças de Deputados e Ministros de Estados, Secretário de Estado e Prefeito de Capital, para tratar de saúde ou interesse particular. Com Parecer FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 97/81, à Propos-

ta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que altera o Parágrafo único, do Art. 74 da Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica. (Reduz o tempo para a aposentadoria aos Professores). Com Parecer FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 98/81, à Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que acresce o Art. 158, à Constituição do Estado do Paraná, que assegura aos deficientes a melhoria de sua condição sócio-econômica, conforme especifica. Com Parecer FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 99/81, à Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que acresce o parágrafo 5.º, ao Art. 13 da Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica. (Remuneração de Deputado Estadual). Com Parecer FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Massignan, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Tavares Arruda.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Nelson Bittencourt Prado, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do médico Jamidas Antunes Rodrigues, ocorrido na Cidade de Santo Antônio da Platina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Antônio Leker, ocorrido em Campo Largo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Nelson Bittencourt Prado, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, em data de hoje, do 27o aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de Santa Izabel do Ivaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro da Fazenda e Ministro dos Transportes, via telex, manifestando protesto contra a elevação de 90 por cento na Taxa Rodoviária Única — TRU, para o ano de 1982. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Minas e Energia, dos Transportes, da Indústria e do Comércio, Presidente do Conselho Nacional de Trânsito e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, apelando no sentido do parcelamento da Taxa Rodoviária Única, em até três vezes, também para as taxas inferiores a cinco mil, cruzeiros. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação de uma Coordenadoria do IPE, em Foz do Iguaçu. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do regimento interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente do anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, encarecendo a implantação de um estabelecimento de ensino de 2o Grau, no período noturno, junto à Escola Sebastião Saporski, no Bairro de Abranches, nesta Capital. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a imediata intercessão do Governador do Estado, Secretaria da Agricultura, do BADEP, da SUNAB e do Ministério da Agricultura, objetivando solucionar a angustiante situação dos produtores de leite do Oeste do Paraná, bem como haja total empenho para que se viabilize a industrialização do produto, via cooperativas integradas, mediante aquisição do parque industrial da empresa privada que acha-se em sérias dificuldades para cumprir com seus compromissos ante os produtores. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício às autoridades competentes, incluindo a Prefeitura Municipal de Curitiba, pedindo que intervenham de forma a evitar o agravamento do conflito social, em Vila Formosa. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao Sr. Secretário de Segurança Pública, sobre quantas e quais são as sedes de Comarcas, cujos titulares de suas Delegacias de Polícia não são Delegados de Carreira, e quais os motivos para a Secretaria de Segurança não ter designado os de Carreira para preencherem os ditos cargos, chamados de confiança. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, Governador do Estado, Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo SEA, e ao Diretor de Crédito Rural do Banco Central, encarecendo a liberação de recursos para financiamento da Usina Polivalente de Idemmagamento de oleoginosos da Cooperativa Agrícola de Cascavel — CO-OPAVEL. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dar-

cy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências no sentido de se instalar, em Curitiba, na Vila Nossa Senhora da Luz, o ensino de segundo grau. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do Regimento Interno, Art. 150.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à SUREHMA, encarecendo imediatas providências para sanar a poluição no Conjunto Habitacional Milton Luiz Pereira, em Campo Mourão. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gerente Kirinus, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça, Presidente do Senado da República, Presidente da Câmara Nacional dos Deputados e aos Líderes dos Partidos com assento no Congresso Nacional, encarecendo pronunciamento oficial dessas autoridades com relação à realização de eleições para Prefeitos nas chamadas "áreas de segurança nacional". — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de sugestão aos Srs. Presidente da República, Ministros da Justiça, do Planejamento, da Fazenda, do Trabalho e da Previdência Social, no sentido da liberação e legalização do chamado "Jogo do Bicho". — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regi-

mento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações ao Coronel Oswaldo Cruz, Diretor do DETRAN, com respeito ao desaparecimento de 6.981 Carteiras de Habilitação. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 35o. aniversário da Independência do Líbano. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando ao Tribunal Superior Eleitoral, que faça campanha de esclarecimento no processo de votação — pelo rádio e televisão, nas eleições gerais de 1982. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo as seguintes informações: qual o número de fugitivos das cadeias do Estado do Paraná, quantos foram capturados e quais os que permanecem em liberdade; quantos mandados de prisão; a média de prisões efetuadas por mês; quantos policiais estão lotados na DVC e se a Diretoria da Polícia Civil envia cópias de mandados de prisão para a Polícia Militar. Em caso negativo, por que? — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 17, 117, 129/81 e de Resolução n.ºs 81, 82 e 83/81.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 32/89, 79/81, e de Resolução n.ºs 85, 86, 87, 88, 90 e 92/81 e das Proposições n.ºs 79, 97, 98 e 99/81.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 128/81.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/81.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 30 e 38/80 e 138 e 139/81.

Levanta-se a Sessão.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO - CONTADORIA GERAL

BALANCETE DO MÊS DE SETEMBRO DE 1981

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 - Tesouraria	27.713.157,86	PESSOAL	27.713.157,86
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.101 - Venc. e Vantagens Fixas	211.228.000,00
202.111.11 - Venc. e Vantagens Fixas	210.514.998,92	211.102 - Desp. Variáveis C/P/Civil	120.089.000,00
202.111.12 - Desp. Variáveis C/P/Civil	120.143.375,08	211.103 - Contribuições de Prev. Social	6.453.000,00
202.111.21 - Contribuições de Prev. Social	6.150.558,68	211.104 - Outras Obrigações Patronais	1.065.000,00
202.111.22 - Outras Obrigações Patronais	1.405.166,43	211.105 - Inativos	98.142.000,00
202.112 - Material de Consumo	12.725.498,03	211.106 - Pensionistas	19.429.000,00
202.113 - Serviços de Terceiros e Encargos	133.479.136,09	211.107 - Salário-Família	2.694.000,00
202.114 - Desp. dos Exerc. Anteriores	1.852.754,52	211.108 - Outras Transf. a Pessoas	400.000,00
202.121 - Subvenções Sociais	23.490.000,00	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	459.500.000,00
202.122.1 - Inativos	98.000.429,86	211.201 - Material de Consumo	13.500.000,00
202.122.2 - Pensionistas	19.156.259,28	211.202 - Serv. de Terceiros e Encargos	104.440.000,00
202.122.3 - Salário-Família	2.402.829,75	211.203 - Desp. dos Exerc. Anteriores	1.860.000,00
202.122.4 - Apoio Financeiro a Estudantes	5.974.000,00	211.204 - Subvenções Sociais	31.700.000,00
202.122.5 - Assist. Médico-Hospitalar	5.500.000,00	211.205 - Apoio Financeiro a Estudantes	6.000.000,00
202.122.6 - Outras Transferências a Pessoas	306.956,67	211.206 - Assist. Médico-Hospitalar	5.500.000,00
202.131 - Obras e Instalações	500.000,00	CAPITAL	18.140.000,00
202.132 - Equip. e Material Permanente	2.413.503,60	211.301 - Obras e Instalações	15.700.000,00
CONTAS PENDENTES		211.302 - Equip. e Material Permanente	2.440.000,00
203.101 - Despesas Diferidas	- 0 -	CREDITORES	25.711.532,15
203.201 - Outras Contas Pendentes	30.105,50	212.101 - Despesas Empenhadas	20.589.173,63
TOTAL DO ATIVO		213.101 - Despesas Processadas	4.323.780,08
	671.758.730,27	213.20 - Folha de Pagamento	798.578,44
		213.30 - Venc. Retidos	142.626,62
		CONTAS PENDENTES	681.384,05
		215.101 - Outras Contas Pendentes	681.384,05
		RESTOS A PAGAR	926.785,27
		216.10 - Empenhadas	916.590,43
		216.209 - Processadas Creditores	10.194,84
		216.30 - Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 - Procces. Folha de Pagamento	- 0 -
		CREDITORES DIVERSOS	3.656.402,18
		217.10 - Consignações	3.656.402,18
		TOTAL DO PASSIVO	671.758.730,27

a) DIRETOR FINANCEIRO

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 02 de outubro de 1981.

a) CONTADOR GERAL